

Contra a precariedade

8.<sup>a</sup>

CONFERÊNCIA NACIONAL

**INTERJOVEM**

21 OUT. 2016  
LISBOA



**exigimos estabilidade!**

+ Sindicalização + Organização + Luta

**ORIENTAÇÕES GERAIS  
PARA A ACCÃO**



# Índice

<b>1. Introdução.....</b>	<b>2</b>
1.1. Situação política, económica e social em Portugal.....	2
1.1.1. Funções Sociais do Estado e serviços públicos .....	3
1.1.2. O novo período da vida nacional .....	4
1.2. Traços da situação internacional e europeia .....	4
<b>2. Organização sindical e quadros.....</b>	<b>6</b>
2.1. Os princípios fundamentais.....	6
2.2. INTERJOVEM/CGTP-IN – Instrumento de intervenção dos sindicatos e da estrutura.....	6
2.2.1. O papel da INTERJOVEM/CGTP-IN .....	6
2.2.2. A INTERJOVEM/CGTP-IN nos Sindicatos, nas Uniões e nas Federações.....	7
2.2.2.1. As Comissões de Jovens .....	7
2.3. Formação sindical e batalha ideológica.....	8
<b>3 – Sindicalizar, organizar, reivindicar e lutar.....</b>	<b>8</b>
3.1. Reforçar a organização sindical de base .....	8
3.1.2. Sindicalização.....	8
3.2. Estabilidade – Exigência central da Juventude .....	9
3.2.1. Campanha contra a precariedade.....	9
3.2.2. Desemprego.....	10
3.3. Direitos laborais e condições de trabalho .....	11
3.3.1. Contratação Colectiva.....	11
3.3.2. Legislação laboral.....	11
3.3.3. Salários .....	12
3.3.4. Horários de Trabalho.....	12
3.3.5. Estatuto do trabalhador-estudante e formação profissional .....	13
3.3.6. Segurança e Saúde no Trabalho e doenças profissionais.....	13
3.3.7. Direito à maternidade e à paternidade.....	14
3.3.8. Direitos e discriminações.....	14

## 1. Introdução

### 1. 1. Situação política, económica e social em Portugal

Em estreita articulação com os sindicatos e os diferentes níveis da estrutura, portadora dos princípios, valores e objectivos da CGTP-IN e dando concretização às suas orientações para a dinamização do trabalho junto da juventude trabalhadora, a **INTERJOVEM/CGTP-IN** consolidou-se - em particular nos últimos quatro anos - como força de referência da luta dos jovens trabalhadores.

É assim que, batendo-se em defesa dos direitos e aspirações desta camada específica de trabalhadores, tendo, ainda, como referências essenciais o enorme legado da Revolução libertadora do 25 de Abril e as conquistas consagradas na Constituição da República Portuguesa, a INTERJOVEM/CGTP-IN tem dado um contributo importante para a afirmação, junto da juventude trabalhadora, do papel e importância dos Sindicatos e da natureza de classe e dos princípios de massas, unidade, independência, democracia e solidariedade, que enformam o projecto sindical protagonizado pela CGTP-IN e pelo Movimento Sindical Unitário.

Através do reforço da organização específica e do desenvolvimento da acção reivindicativa e da luta, dinamizadas pelos sindicatos a partir dos locais de trabalho, os jovens trabalhadores alcançam melhores condições de vida e de trabalho e ganham consciência do papel transformador da luta, bem como das conquistas sociais, políticas e laborais que ela proporcionou, antes e depois do 25 de Abril. Um caminho que é imperioso prosseguir, em defesa e para a recuperação e conquista de direitos, por forma a inverter o rumo de desastre económico e social a que a política de direita conduziu o País.

Os últimos anos, em particular, foram marcados pelo aprofundamento da exploração e do empobrecimento, com a aplicação de medidas ditas de austeridade mas também pela elevação do patamar de resistência e luta dos jovens e dos trabalhadores em geral, bem como de outros sectores e camadas da população. Quatro anos caracterizados pela intensificação e aprofundamento da política de direita, prosseguida há décadas, acelerada com os Programas de Estabilidade e Crescimento, e que conheceu novas e ainda mais devastadoras consequências com o chamado “Memorando de Entendimento”, assinado pelo PS com a *troika* estrangeira (Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu, Comissão Europeia) e apoiado pelo PSD e pelo CDS-PP.

Autêntico programa de agressão, o “Memorando” da *troika* conduziu à implementação de medidas - pelo governo PSD/CDS-PP - que vieram agravar, brutalmente, as condições de vida dos jovens, dos trabalhadores e do povo em geral: o roubo nos salários, pensões e prestações sociais; o aprofundamento do ataque aos direitos dos trabalhadores e à contratação colectiva; o aumento do desemprego, da precariedade e dos impostos; a aceleração das privatizações e a transferência de recursos públicos para os grandes grupos económicos e financeiros (designadamente por via da enorme quantidade de recursos financeiros gastos a salvar a banca privada); a destruição de serviços públicos e a ofensiva contra as Funções Sociais do Estado.

Acelerou-se a destruição do aparelho produtivo, a economia nacional conheceu assinalável revés, o País ficou, ainda, mais desigual, mais pobre, mais dependente e menos soberano, a dívida e o défice cresceram.

Os jovens trabalhadores têm sido particularmente afectados pelos efeitos nefastos dessa política. O desemprego e a precariedade, o aumento do custo de vida (com especial



incidência nos bens alimentares, habitação e transportes), negam-lhes o direito a uma vida familiar autónoma, arrastando a sua permanência em casa dos pais e empurrando-os para a emigração forçada, em busca de trabalho e de um futuro melhor.

O desemprego e a precariedade cresceram exponencialmente, durante o governo PSD/CDS-PP, atingindo, em especial, os jovens, registando-se as taxas mais elevadas desde a Revolução de Abril. Encerraram inúmeras empresas e locais de trabalho, aumentou a exploração e o empobrecimento dos trabalhadores, enquanto o capital e o grande patronato viam crescer os seus lucros, transferindo, para si, níveis absurdos de mais-valia, extraída da relação entre o valor dos bens produzidos e os salários. Caía por terra a teoria falaciosa dos mentores e apoiantes da política de direita de que as empresas encerram por culpa de leis “demasiado rígidas”.

Foi também nesse período que o governo avançou com um conjunto de medidas dirigidas aos jovens trabalhadores. Medidas que, como a INTERJOVEM/CGTP-IN sempre denunciou, visavam, sobretudo, o financiamento de empresas privadas com dinheiros públicos, em nome da contratação de jovens trabalhadores com vínculos precários. Medidas que não resolveram os problemas estruturais da precariedade e do desemprego, antes os agravando, na medida em que resultaram, apenas na ocupação temporária de jovens trabalhadores.

### **1.1.1. Funções Sociais do Estado e serviços públicos**

A descaracterização das Funções Sociais do Estado e a destruição dos serviços públicos, em violação das garantias constitucionais, são marca da política de direita, que visa a reconfiguração do Estado, ao serviço do grande capital nacional e transnacional. Nessa linha, aprofundaram a entrega de serviços públicos fundamentais ao sector privado.

O governo PSD/CDS-PP abriu, ainda, caminho a um processo de municipalização, com a intenção de desresponsabilizar o Estado de funções que lhe incumbe assegurar, em áreas como a saúde, a educação ou a cultura, entre outras. Processo que o actual governo do PS ainda não rejeitou, o que implica a necessidade de dar continuidade à luta, com vista ao seu abandono. Uma luta que é, também, do interesse, e por isso contará, com a participação dos jovens trabalhadores.

Na educação, acentuaram-se algumas linhas de elitização do ensino e o ataque à Escola Pública de qualidade, verificando-se o crescimento do número de professores sem colocação, nomeadamente, de muitos recém-licenciados, num contexto em que, nos últimos 5 anos, mais de 20.000 professores perderam o emprego. No ano lectivo 2014/2015, só 451 professores do ensino público tinham menos de 30 anos, o que evidencia uma tendência de envelhecimento do corpo docente, com inevitáveis reflexos, também, no plano do rejuvenescimento do movimento sindical.

Na saúde, assistiu-se ao encerramento de muitas unidades de saúde, serviços e camas hospitalares e à quebra do número de profissionais, o que levou à perda de qualidade do serviço, ao acréscimo do número de horas de trabalho de muitos trabalhadores do sector da saúde, ao aumento dos tempos de espera pelos utentes, bem como ao crescente esforço financeiro das famílias e dos cidadãos para a realização do seu direito constitucional à saúde. Milhares de jovens enfermeiros e outros profissionais de saúde deixaram o País, em busca de emprego e melhores condições de vida e de trabalho.

Na segurança social, cortaram prestações sociais e pensões, atacaram o sistema público, reduziram a Taxa Social Única, beneficiando, uma vez mais, as empresas e instrumentalizando a Segurança Social, para fins ditos de política económica, deixando

jovens, trabalhadores e reformados mais pobres e desprotegidos.

Os trabalhadores da Administração Pública foram afectados com cortes nos seus rendimentos e salários, viram os seus horários de trabalho serem alargados das 35 para as 40 horas. Foi brutalmente reduzido o número de trabalhadores, muitas vezes substituídos por desempregados em situação de contrato emprego-inserção.

### **1.1.2. O novo período da vida nacional**

Em 2015, e com o contributo decisivo dos trabalhadores com a luta nos locais de trabalho e a acção de massas – onde o papel consequente, combativo e determinado do Movimento Sindical Unitário foi determinante – o governo PSD/CDS-PP foi, finalmente, derrotado, em resultado das eleições legislativas de 4 de Outubro e da nova correlação de forças na Assembleia da República, assente numa maioria de deputados do PS, BE, PCP e PEV.

No novo quadro político, na base de entendimentos e da proposta desses Partidos, tomou posse um Governo do PS. Embora com limitações, têm sido recuperados alguns direitos e revertidas medidas tomadas pelo anterior governo PSD/CDS-PP. Nestes meses, foi possível a recuperação dos 4 feriados roubados, dos salários e das 35 horas para os trabalhadores em funções públicas, foi iniciada a reversão da sobretaxa de IRS e aumentado o abono de família para crianças e jovens, foram travados alguns processos de privatização e conquistados outros direitos, como o apoio extraordinário aos desempregados de longa duração.

Mas a INTERJOVEM/CGTP-IN considera que é necessário ir mais longe, dando-se seguimento às reivindicações e à luta organizada dos trabalhadores. Apesar de positivos, os avanços só são possíveis com a luta e a persistência dos trabalhadores. Essa é a prioridade da nossa acção, em torno das reivindicações dos jovens e dos trabalhadores em geral, de modo a conduzir à recuperação e conquista de novos direitos e a avanços na construção de uma real alternativa de esquerda e soberana, que rompa com os instrumentos de condicionamento do desenvolvimento económico e social e de submissão do País aos ditames da União Europeia e aos interesses dos mais poderosos. Uma alternativa que abra as portas a um Portugal de progresso e justiça social, onde os jovens se realizem no presente e alcancem um futuro melhor, construído com a sua participação e luta.

## **1.2. Traços da situação internacional e europeia**

A INTERJOVEM/CGTP-IN tem acompanhado, com preocupação, a evolução da situação internacional e afirmado a sua oposição a processos de desestabilização e recolonização de países soberanos, como os que são conduzidos pelo imperialismo no continente africano, bem como às situações de agressão militar, ocupação, ingerência, bloqueio, e guerra - com especial atenção para a situação vivida no Médio Oriente e na América Latina. Uma situação que apela à solidariedade activa dos jovens trabalhadores portugueses com os trabalhadores e os povos de todo o mundo que têm sabido unir-se na luta contra a opressão, a ocupação e o imperialismo e pelo direito inalienável a decidirem do seu próprio destino.

Os EUA, a NATO, a União Europeia (UE), Israel e aliados regionais do imperialismo (como a Arábia Saudita ou a Turquia) constituem a maior ameaça à paz no mundo. Os crescentes focos de instabilidade e guerra no Médio Oriente têm sido promovidos e apoiados pelos EUA, UE e os seus aliados na NATO, que financiaram o crescimento de

grupos de chamados “rebeldes” e o terrorismo para provocarem a desestabilização e abrirem caminho a alterações políticas favoráveis aos seus interesses e à guerra de rapina de recursos naturais e de domínio geopolítico.

Transformaram países como a Líbia e a Síria em cenários de guerra, destruição e morte e promoveram a fuga massiva de famílias inteiras desses países.

Naquele que é o maior fluxo de refugiados e migrantes desde a Segunda Guerra Mundial, milhões de refugiados, trabalhadores e população mais pobre daqueles países, vêem-se obrigados a fugir, em luta pela sua sobrevivência. Frequentemente transportados em meios precários (como barcos insufláveis), milhares perdem a vida no mar em direção à Europa, destino que, nos últimos tempos, com o encerramento das fronteiras turcas e a intervenção do Frontex - um sistema de controlo europeu - se tornou ainda de mais difícil acesso. Esta chamada “crise humanitária” traduz-se em sofrimento e na morte de milhares de pessoas, seja das que atravessam o Mediterrâneo, seja de outros inocentes nos seus países de origem; resulta, também, na manutenção dos refugiados e migrantes nos campos de detenção na UE e na Turquia, na sequência da política criminoso da UE.

Para o agravamento da situação dos migrantes extracomunitários concorre, ainda, o facto de os poucos que conseguiram acolhimento em países europeus serem, frequentemente, alvo da maior exploração, por via do abaixamento das suas condições de trabalho, comparativamente com as dos seus camaradas de trabalho, como acontece na Alemanha, onde o patronato chega a “oferecer empregos” por um euro/hora.

Para a INTERJOVEM/CGTP-IN, é necessário que as políticas migratórias, tanto de âmbito internacional como europeu ou nacional, promovam a integração dos migrantes nas sociedades de acolhimento, num quadro que respeite, em plena igualdade, os inalienáveis direitos de todos os trabalhadores e cidadãos, nacionais, europeus ou de países terceiros.

No plano europeu, os jovens - especialmente atingidos pelo flagelo do desemprego - enfrentam uma ofensiva multidimensional e violentíssima, que mina o presente e compromete o seu futuro. Uma ofensiva que se expressa, designadamente, contra direitos sociais e laborais, procurando fazer dos jovens trabalhadores uma geração sem direitos e sem futuro e que comporta uma profunda marca de classe, prolongada, acelerada e ampliada no quadro do episódio de crise internacional do sistema capitalista, desencadeado em 2007-2008. Neste plano, aprofunda-se o crescimento dos fenómenos de extrema-direita em diversos países e os ataques aos direitos dos trabalhadores em muitos dos países chamados de “primeira linha” da Europa, como é o caso da França e da Alemanha, e que têm tido, particularmente da parte dos trabalhadores franceses, uma forte oposição.

Através das suas práticas e mecanismos de submissão, a UE afirma-se, cada vez mais, como uma instituição ao serviço do grande capital e das grandes potências, reforçando o seu rumo neoliberal, federalista e militarista. Mas a UE e os seus instrumentos de ingerência e condicionamento da vontade soberana dos povos estão cada vez mais descredibilizados, crescendo a contestação popular. A decisão tomada pelo povo britânico de saída do país da UE tem grande significado político e revela, desde logo, apesar de contradições existentes, que esta não responde às necessidades, nem tem a confiança, dos trabalhadores e dos povos.

A INTERJOVEM/CGTP-IN defende a construção de uma outra Europa, norteadas pela defesa e consolidação dos direitos dos jovens, dos trabalhadores e dos povos. Uma Europa de cooperação entre países soberanos e iguais em direitos, de progresso e justiça social e um mundo solidário e de paz.

## **2. Organização sindical e quadros**

### **2.1. Os princípios fundamentais**

Os jovens trabalhadores encontram, na INTERJOVEM/CGTP-IN, a sua organização específica, criada pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN) para incentivar à análise dos seus problemas e das discriminações de que são alvo e à intervenção sindical em defesa dos seus legítimos direitos e aspirações. É nos sindicatos da CGTP-IN, na sua acção de classe, que radica a expressão dos princípios – de Solidariedade, Unidade, Democracia, Independência e Sindicalismo de Massas – que marcam um sindicalismo identificado com os problemas da juventude trabalhadora, que dinamiza a sua participação e luta organizada, dando prioridade aos locais de trabalho. A INTERJOVEM/CGTP-IN privilegia a intervenção própria de cada sector e sindicato, com linhas de contacto, discussão e envolvimento específico.

O desenvolvimento da acção da INTERJOVEM/CGTP-IN à luz destes princípios tem permitido uma participação comprometida e uma maior consciencialização dos jovens trabalhadores para a importância da organização sindical e da luta para a defesa dos direitos individuais e colectivos.

A INTERJOVEM/CGTP-IN pela sua acção, vinda dos sindicatos e da base, dá um contributo insubstituível para a percepção do carácter militante da participação dos jovens trabalhadores na actividade sindical, na luta e na dinamização da organização sindical. Deste modo, contribui, ainda, para projectar a formação de novos quadros jovens para que venham a assumir responsabilidades sindicais e a assegurar o rejuvenescimento do Movimento Sindical Unitário.

### **2.2. INTERJOVEM/CGTP-IN – Instrumento de intervenção dos sindicatos e da estrutura**

#### **2.2.1. O papel da INTERJOVEM/CGTP-IN**

A INTERJOVEM/CGTP-IN desempenha um papel fundamental, com vista a manter, em toda a estrutura sindical da CGTP-IN, uma dinâmica permanente de discussão dos problemas específicos da juventude trabalhadora, designadamente, no quadro da luta pela resposta aos problemas dos trabalhadores em geral, propondo formas de intervenção e acção próprias nas acções a desenvolver. Contribui, assim, para a definição de orientações gerais de intervenção dos sindicatos junto dos jovens trabalhadores nas suas empresas e locais de trabalho ou em iniciativas na rua. A partir de cada sector e sindicato procura esclarecer e incentivar à sindicalização e organização para o desenvolvimento da luta, meio essencial para enfrentar os ataques aos direitos dos jovens trabalhadores ou para a conquista das suas reivindicações e aspirações.

Sem subestimar dificuldades e atrasos, são os quadros sindicais jovens dos vários sectores que, em estreita articulação com os seus sindicatos e em ligação com a INTERJOVEM/CGTP-IN, nos locais de trabalho e no plano mais geral da luta de massas, contribuem para o rejuvenescimento de toda a estrutura a partir da base.

É um espaço de trabalho colectivo e de direcção para a acção e é também um espaço de formação de quadros sindicais, essencial para o presente e o futuro dos sindicatos.



A INTERJOVEM/CGTP-IN intervém, simultaneamente, em vários espaços de discussão e de acção do associativismo em Portugal, contribuindo para a afirmação das propostas da CGTP-IN no seio da juventude.

## **2.2.2. A INTERJOVEM/CGTP-IN nos Sindicatos, nas Uniões e nas Federações**

A INTERJOVEM/CGTP-IN tem como objectivo defender e conquistar direitos para os jovens trabalhadores, aprofundar o conhecimento e a realidade dos jovens trabalhadores dos diversos sectores e estimular a luta organizada em defesa e promoção dos direitos e legítimas aspirações.

A política de direita, ao longo destes 41 anos, com destaque para os últimos quatro de governo do PSD/CDS-PP fez o país recuar décadas. O aumento brutal do desemprego, da precariedade e dos baixos salários, o aumento da repressão nos locais de trabalho e o ataque aos sindicatos e aos dirigentes e activistas sindicais trouxe grandes desafios aos nossos sindicatos e à nossa organização.

Neste panorama, a INTERJOVEM/CGTP-IN e as estruturas jovens dos sindicatos têm um papel fundamental. Na informação/esclarecimento dos jovens trabalhadores sobre os seus direitos, sobre os sindicatos, a luta e a organização dos trabalhadores. Na sindicalização e no próprio rejuvenescimento do MSU.

São os quadros sindicais jovens dos vários sectores que dinamizam a actividade da INTERJOVEM/CGTP-IN nos locais de trabalho. A INTERJOVEM/CGTP-IN é um instrumento de grande valor para os sindicatos, permitindo ir mais longe no contacto com os jovens trabalhadores, para a resposta aos seus anseios e preocupações.

É, por isso, importante quebrar algumas barreiras e incompreensões que subsistem no desenvolvimento do trabalho específico com a juventude e avançar, sem medos e com solidariedade, para o envolvimento e integração de quadros jovens, vindos dos locais de trabalho e das estruturas de juventude, no trabalho mais geral dos sindicatos.

Assimilar novas práticas, novas ideias, métodos e dinâmicas fiéis aos princípios e objectivos inerentes à natureza de classe do MSU não é contrário a manter o carácter de massas, de classe e unitário que defendemos, assim como a disponibilidade para ensinar e aprender com os outros não é, nem pode ser, uma forma de limitar as novidades e as novas experiências de um quadro sindical mais jovem.

A integração de quadros jovens, das suas dinâmicas e ideias é essencial para a continuação do projecto sindical que temos e que sabemos ser de futuro.

### **2.2.2.1. As Comissões de Jovens**

A INTERJOVEM/CGTP-IN será sempre, e em grande medida, o que resulta da actividade a partir dos sindicatos, uniões distritais e federações sectoriais, em articulação com as comissões de jovens existentes em cada nível da estrutura. É a partir dos sindicatos que se identificam e definem os locais de trabalho prioritários para o trabalho junto da juventude e é o conjunto da intervenção dos sindicatos e das suas comissões de jovens junto dessa camada que constitui a intervenção da INTERJOVEM/CGTP-IN.

As comissões de jovens são, por isso, o espaço fundamental para a dinamização da organização dos jovens trabalhadores nos locais de trabalho, para a resolução dos seus problemas individuais e colectivos, alcançando, também, mais sindicalização e reforço para os sindicatos.

As comissões de jovens têm de ser vistas em cada sindicato/federação como uma estrutura do próprio sindicato/sector que pela sua composição está em melhores

condições de levar o sindicato e a luta de classes junto dos jovens trabalhadores, em torno das questões concretas, de forma a construir a ponte para as situações mais gerais que necessitam, necessariamente, da unidade, solidariedade e luta de todos.

### **2.3. Formação sindical e batalha ideológica**

Vivemos um momento de grande ofensiva ideológica, desencadeada pelo capitalismo, que procura fomentar o individualismo, cavar a divisão entre trabalhadores e atingir as suas organizações de classe, impondo a difusão de ideias e valores contrários aos princípios e valores fundamentais da CGTP-IN, designadamente de unidade na acção e de solidariedade de classe e inter-geracional, em particular, junto dos jovens trabalhadores.

Sem esquecer a formação teórica, que é necessário assegurar aos quadros jovens e aos novos quadros, a formação prática, a partir dos locais de trabalho com a participação na actividade diária e na luta sindical é essencial para a elevação da consciência de classe. É fazendo face à exploração capitalista, lá onde a luta de classes se expressa de uma forma mais directa e concreta, que se formam quadros sindicais preparados para os duros combates que enfrentamos.

É fundamental a discussão e a reflexão colectiva acerca dos problemas, sabendo articulá-las com os saberes adquiridos pela experiência e pela memória colectiva e histórica deste Movimento Sindical Unitário. As classes e a luta de classes, os princípios e objectivos do movimento sindical de classe, a sua história e o seu papel na construção da Revolução de Abril, são elementos que, a par de outros, designadamente, orientados para a acção prática, devem estar presentes no plano da formação teórica dos jovens trabalhadores.

## **3. Sindicalizar, organizar, reivindicar e lutar**

### **3.1. Reforçar a organização sindical de base**

#### **3.1.2. Sindicalização**

Para o desenvolvimento da luta dos jovens trabalhadores, em particular, e de todos os trabalhadores em geral, é essencial a dinamização do reforço sindical nas empresas e nos locais de trabalho, tendo em perspectiva a sindicalização e a eleição de delegados e de representantes para a segurança e saúde no trabalho, bem como a constituição de comissões sindicais, com o objectivo de reforçar a estrutura sindical existente.

Para isso, é muito importante a participação e o envolvimento dos jovens e a disponibilização da informação e da formação necessárias para que os novos quadros sindicais estejam à altura das responsabilidades que lhes são colectivamente atribuídas, garantindo assim o futuro dos sindicatos e a continuidade da INTERJOVEM/CGTP-IN na luta e defesa dos direitos dos jovens trabalhadores.

Apesar de avanços positivos nos últimos anos, ainda há ideias instaladas de que os jovens, pela natureza massiva dos seus vínculos precários ou apenas por ideias pré-concebidas em relação à juventude, não estão disponíveis para a sindicalização. Estas ideias, que são combatidas pela prática e o exemplo em diferentes sectores e com as mais variadas expressões, devem ser de todo saneadas do nosso movimento sindical. A persistência de qualquer ideia de que “não vale a pena sindicalizar os jovens porque

amanhã eles não estão lá” é contrária à unidade dos trabalhadores, devendo ser combatida e erradicada, onde quer que venha a expressar-se.

A INTERJOVEM/CGTP-IN, a partir de cada sector, irá contribuir para uma linha própria para a sindicalização de jovens trabalhadores nos seus sindicatos, de forma a reforçar as metas de sindicalização gerais que o último Congresso da CGTP-IN definiu, campanha que será acompanhada de uma linha de responsabilização.

É necessário continuar a consciencializar os jovens trabalhadores de que, só organizados nos seus sindicatos de classe, estão mais protegidos contra as investidas do capital.

Só organizados e mobilizados estamos em condições para avançar, repor e conquistar direitos!

## **3.2. Estabilidade no Emprego – Exigência central da Juventude**

### **3.2.1. Campanha contra a precariedade**

Nos últimos anos, regista-se uma intensificação e diversidade da precariedade dos vínculos laborais, afectando de especial forma a juventude trabalhadora. Sendo um dos eixos fundamentais da ofensiva aos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, a precariedade visa também limitar a capacidade de intervenção sindical e fragilizar a organização e luta dos trabalhadores.

A precariedade é uma das principais causas de instabilidade da vida de milhares de jovens em Portugal, é a antecâmara do desemprego, promove os baixos salários e acentua a exploração. Hoje, mais de 6 em cada 10 trabalhadores com menos de 30 anos têm um contrato precário. Este número aumenta, se analisarmos apenas os jovens trabalhadores com menos de 25 anos, em que 7 em cada 10 têm um contrato precário.

É também necessário ter em conta que um trabalhador com contrato precário recebe em média menos 31% que um trabalhador com contrato efectivo a desempenhar as mesmas funções. A precariedade é uma opção política, não é uma inevitabilidade, e existe porque é um instrumento do capital para facilitar e embaratecer o despedimento e manter um exército de mão-de-obra disponível e vulnerável à sobreexploração.

Em Portugal, são milhares os jovens com vínculos precários, com contratos mensais, semanais e diários, a recibos verdes, com falsos estágios, com contratos de prestação de serviços, subcontratados a empresas de trabalho temporário e sujeitos a enormes pressões e chantagens e à intensificação dos ritmos de trabalho.

As situações de precariedade exigem a sua denúncia e uma resposta firme e combativa por parte dos trabalhadores no seu local de trabalho, sindicalizados e organizados nos seus sindicatos de classe, os sindicatos da CGTP-IN.

A precariedade tem de ser um motivo mobilizador para a luta, tanto dos que têm contratos precários, como dos que têm contratos efectivos. Ela subverte a garantia constitucional do direito ao trabalho, condiciona o emprego de qualidade e é mecanismo de abaixamento das condições de trabalho de todos os trabalhadores, independentemente do seu vínculo laboral. Quanto maior for a unidade na acção de todos os trabalhadores contra a precariedade e pelo emprego com direitos, mais força terão para dar resposta à ofensiva que enfrentam.

Apesar da fragilização da capacidade reivindicativa resultante da precariedade, a luta dos jovens trabalhadores mostra que é possível alterar esta situação. Quebrar a ideia de que

a precariedade não permite que os trabalhadores lutem é um passo essencial a dar. E a denúncia efectuada, junto da CGTP-IN, por um trabalhador, em estágio do IEFP (o mesmo IEFP que aceita ofertas de emprego a licenciados por valores pouco acima dos 500 € mensais), a quem a empresa exigia a devolução de parte do salário, é um exemplo a seguir.

É possível hoje juntar muitos exemplos de lutas, de conquista e de vitórias dos trabalhadores contra a precariedade. É necessário que se aprofunde o conhecimento sobre as situações de precariedade, que se coloque nos cadernos reivindicativos e na discussão geral com os trabalhadores a questão da precariedade, como eixo essencial para o reforço da unidade, da intervenção e do alargamento da luta.

Muitos são os exemplos de trabalhadores com vínculo precário que conquistaram o seu vínculo efectivo à empresa ou serviço, alargando o caudal de luta e contribuindo para as conquistas gerais na empresa, vencendo a falsa oposição de interesses entre trabalhadores com diferentes vínculos, propalada pelo pensamento dominante.

É neste contexto que a CGTP-IN lança a "Campanha contra a Precariedade, pelo Emprego com Direitos" no seu XIII Congresso. Uma Campanha virada para a luta organizada contra a acentuação da exploração do homem pelo homem, pelo fim da precariedade, pela passagem ao quadro de efectivos de todos os trabalhadores que ocupam postos de trabalho de natureza permanente.

A precariedade dos vínculos é também sinónimo de precariedade da vida. O combate à precariedade é, por isso, de primordial importância para os jovens, exigindo a unidade na acção de todos os trabalhadores. É neste contexto que a INTERJOVEM/CGTP-IN afirma: **"basta de precariedade, exigimos estabilidade!"** e considera essencial e decisiva a criação de novas dinâmicas reivindicativas e de luta, com vista à concretização do direito à segurança no emprego e ao emprego de qualidade.

### 3.2.2. Desemprego

O desemprego é, a par da precariedade, um dos maiores flagelos que assolam a juventude trabalhadora e tem consequências gravíssimas na vida de cada um destes trabalhadores.

A taxa de desemprego situava-se nos 10,8%, no 2º trimestre de 2016, segundo os números oficiais. Mas os jovens trabalhadores que vivem nesta situação ultrapassam os 32,7%. Contudo, a taxa de desemprego não dá visibilidade estatística a muitas situações que não são consideradas como desemprego, onde se incluem os que se encontram em formação ou em estágios, os que, estando desempregados, deixaram de procurar emprego e os que estão subempregados a tempo parcial (trabalham menos horas do que aquelas que estão disponíveis para trabalhar). Posto isto, a esta taxa de desemprego juvenil de 32,7%, corresponde uma taxa real de desemprego juvenil de mais de 55%.

Assim, existem milhares de jovens que procuram emprego e trabalho com direitos, sendo-lhes sistematicamente oferecida como solução a precariedade, tanto no sector público como no privado, ou a emigração forçada – que, aliás, levou à emigração de cerca de meio milhão de trabalhadores nos últimos 5 anos, uma das maiores vagas emigratórias do nosso País, semelhante às do tempo do fascismo.

A maioria dos jovens que se encontra em situação de desemprego não tem qualquer apoio ou protecção social e é-lhes imposta uma dependência sistemática de apoios familiares ou são obrigados a viver em condições desumanas.



O desemprego, tal como a precariedade, é um travão à emancipação dos jovens trabalhadores, obrigando-os a adiar, para cada vez mais tarde, importantes decisões das suas vidas, como a sua independência, a saída de casa dos pais ou a constituição de família.

O desemprego é consequência da destruição do aparelho produtivo e do ataque aos serviços públicos e às funções sociais do Estado, com a consequente destruição de milhares de postos de trabalho e dos incentivos à precariedade, impondo-se uma inversão deste rumo de desastre.

### **3.3. Direitos laborais e condições de trabalho**

#### **3.3.1. Contratação colectiva**

A contratação colectiva tem um papel estruturante como instrumento de conquista de direitos dos trabalhadores e da melhoria das suas condições de vida. Com a publicação do código do trabalho em 2003, foram introduzidas normas gravosas sobre caducidade dos contratos e extinto o princípio do tratamento mais favorável aos trabalhadores. Nos anos seguintes, todo este quadro de ataque à contratação colectiva foi, ainda, mais agravado.

Estas medidas, enganosamente justificadas como sendo para dinamizar a contratação colectiva, trouxeram o bloqueio da mesma por parte dos patrões, que procuram eliminar direitos e limitar a sua aplicação.

Essa é a realidade em muitos sectores onde há uma grande concentração de mão-de-obra jovem e em que a contratação colectiva, muitas vezes, por via da precariedade, e sobretudo, da sub-contratação, não é aplicada a esses trabalhadores.

A INTERJOVEM/CGTP-IN procurou, nos últimos anos, divulgar a valiosíssima ferramenta que representa uma convenção colectiva, mas este trabalho tem mostrado que a melhor forma de explicar a contratação colectiva aos jovens trabalhadores continua a ser divulgar os direitos que contém e envolvê-los na discussão das reivindicações, dos cadernos e das propostas reivindicativas e dos métodos de trabalho. É um caminho que deve ser aprofundado e um papel que apenas pode ser desempenhado pelos sindicatos, essencial ao reforço das convenções e à luta em defesa e pela sua conquista.

#### **3.3.2. Legislação laboral**

O Governo PSD/CDS-PP foi, muitas vezes com o apoio do PS, promotor de medidas de ataque aos direitos dos trabalhadores, medidas essas que se reflectiram, predominantemente, no código do trabalho e na legislação laboral da Administração Pública. A facilitação dos despedimentos, a alteração das formas de organização do trabalho, a promoção da polivalência de funções, a imposição do banco de horas e a redução do pagamento das horas extraordinárias, assim como a redução dos dias de férias, são, apenas, alguns exemplos. Exemplos que atestam que o capital, os grandes grupos económicos e o patronato não desistiram de procurar acertar contas com a Revolução do 25 de Abril e impor o regresso ao passado das relações laborais.

Lado a lado com os demais trabalhadores, os jovens deram uma resposta firme e organizada nestes quatro anos contra estas e outras alterações legislativas, participando em longos períodos de greve ao trabalho extraordinário, rejeitando o banco de horas e

defendendo na administração pública as 35 horas, medida que só agora foi possível recuperar, apesar de, em quase toda a administração local ela não ter sido posta em prática, por via da acção e da luta dos trabalhadores.

### **3.3.3. Salários**

Os salários têm sido alvo de um ataque obsessivo por parte dos patrões e sucessivos governos, com o falso argumento que o seu aumento prejudica a competitividade das empresas.

A partir do congelamento do valor do Salário Mínimo Nacional (SMN) por parte do governo PS, que em 2011 desrespeitou o acordo feito para a actualização anual do SMN, o governo seguinte, do PSD/CDS-PP, manteve, por quase quatro anos, o valor do SMN em 485€, até Outubro de 2014, em que teve o ligeiro aumento de 485€ para 505€.

Os jovens são particularmente atingidos pelos baixos salários. E o não aumento, aliado ao valor reduzido do SMN, colocou e coloca ainda mais dificuldades aos jovens trabalhadores, na busca legítima de alguma autonomia, independência e estabilidade.

Em 2014, 19,6% dos trabalhadores activos recebiam, apenas, o SMN, sendo uma boa parte destes jovens trabalhadores. Uma situação que resulta do facto de ser, frequentemente, a primeira vez que os jovens entram no mercado de trabalho, ou por serem os mais atingidos pela precariedade, que os força a começar pelos escalões mais baixos das categorias sempre que mudam de empresa ou de sector de actividade, uma vez que uma grande parte das empresas utiliza o salário mínimo como base das remunerações.

Na sequência da nova correlação de forças na Assembleia da República, construída no seguimento das eleições de 4 de Outubro de 2015, foi fixado o SMN em 530€, a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2016. Sendo o valor insuficiente, é indissociável da luta dos trabalhadores pela valorização dos salários e o combate à pobreza e, nesta perspectiva, dá mais força à exigência da concretização dos 600€ reivindicados pela CGTP-IN para 2017.

Uma mais justa distribuição da riqueza por quem a produz é um objectivo central da luta sindical. Lutar pelos aumentos é lutar pela valorização das carreiras e profissões, é valorizar o trabalho, garantir melhores condições de vida e perspectivas de futuro; é pugnar por um país mais justo, uma melhor distribuição da riqueza, progresso e democracia, objectivos que interessam profundamente aos jovens.

### **3.3.4. Horários de trabalho**

Nos últimos anos, temos assistido ao aumento dos horários de trabalho e à sua desregulação, instrumentos do patronato para aumentar a mais-valia e o lucro.

Uma grande parte dos jovens trabalhadores, tem um vínculo precário. A insegurança no emprego facilita a pressão patronal para aumentar a jornada de trabalho, seja pela forma de banco de horas, horários concentrados, adaptabilidade, seja pela crescente desregulação, impondo horários muitas vezes desumanos e trabalho não pago. A desregulação dos horários, além de dificultar, impede, na maioria dos casos, a conciliação da vida profissional com a pessoal e familiar; agrava, também, os ritmos de trabalho e, por consequência, expõe os trabalhadores a um risco mais elevado de contraírem doença profissional ou de serem vítimas de acidente de trabalho.

Sendo esta realidade hoje praticamente transversal a todos os sectores, a INTERJOVEM/CGTP-IN assume um papel de esclarecimento junto dos trabalhadores mais jovens, em linha com a defesa da redução do tempo de trabalho, a defesa das 35 horas para todos os trabalhadores, contra a desregulação dos horários e pela melhoria legal do trabalho por turnos.

### **3.3.5. Estatuto do trabalhador-estudante e formação profissional**

O aumento da precariedade e da desregulação dos horários de trabalho, tanto nos regimes de trabalho a tempo inteiro como nos regimes a tempo parcial, põem cada vez mais em causa a efectivação dos direitos dos trabalhadores-estudantes.

As dificuldades de aplicação do estatuto do trabalhador-estudante nas empresas e a ausência de estruturas de apoio em horário pós-laboral nas escolas, juntamente com os aumentos do custo de vida e da frequência do ensino nos últimos anos, bem como com o encerramento em muitas escolas secundárias e superiores dos horários nocturnos e pós-laborais, são factores que põem em causa o estatuto do trabalhador-estudante e o direito da juventude trabalhadora à educação, à formação profissional e ao trabalho com direitos.

É nas empresas, nos locais de trabalho e nas ruas, por via da iniciativa e das dinâmicas reivindicativas e do envolvimento dos jovens trabalhadores, que podemos contribuir, com a acção sindical, para a efectivação do direito à educação e à formação ao longo da vida e, desde logo, ao cumprimento do direito legal a um mínimo de 35 horas anuais de formação por trabalhador.

### **3.3.6. Segurança e Saúde no Trabalho e doenças profissionais**

Os jovens trabalhadores estão hoje mais expostos ao risco de contraírem doenças profissionais e de serem vítimas de acidentes de trabalho. Para este risco acrescido concorrem a instabilidade do seu vínculo laboral e o incumprimento, por parte do patronato, das normas legais em matéria de segurança e saúde no trabalho, bem como as crescentes exigências de polivalência e a desvalorização das carreiras e profissões.

Com o acentuar da desregulação dos horários de trabalho, dos ritmos de trabalho mais intensos, a par da intimidação e assédio (*mobbing*), os trabalhadores mais jovens, com vínculos precários, estão sujeitos a contrair sérias lesões e doenças relacionadas com o trabalho. Dados da Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho (EU-OSHA) demonstram que o *stress* relacionado com o trabalho é o segundo problema de saúde mais frequente na Europa, atrás das doenças musculoesqueléticas.

Uma sondagem realizada por aquela agência demonstra que as causas mais comuns de *stress* relacionado com o trabalho referidas foram: a reorganização do trabalho ou a insegurança laboral (72% dos inquiridos); os horários de trabalho alargados ou o volume de trabalho excessivo (66%), bem como a intimidação ou o assédio no trabalho (59%). Segundo dados da Direcção-Geral de Saúde, 1386 pessoas morrem anualmente por doença ligada ao trabalho.

Assim, é de extrema importância a participação dos jovens trabalhadores, designadamente enquanto representantes da classe para a Segurança e Saúde no Trabalho, pelo seu conhecimento de perto dos problemas, como de soluções a apresentar e o forçar do cumprimento da lei, de forma a diminuir a exposição ao risco e

garantir o cumprimento das condições de segurança exigidas.

### **3.3.7. Direito à maternidade e à paternidade**

Os direitos de maternidade e paternidade são, para os jovens trabalhadores, direitos essenciais para a construção do seu futuro familiar. Factores negativos são, desde logo, cortes no abono de família, nos serviços públicos, o aumento da precariedade e os baixos salários, que colocam maiores dificuldades ao direito de começar família, que além de direito universal, é objectivo da maioria dos jovens trabalhadores.

Apesar de ter havido algumas alterações à lei da parentalidade, que abrem caminho para uma maior justiça na relação laboral neste campo, tem-se assistido a que, a par de outros direitos, estes não são muitas vezes efectivados, por um lado pela postura desumana e ilegal do patronato, por outro, pelo facto da maioria dos jovens trabalhadores terem vínculos precários, situação que os coloca numa situação de grande instabilidade, que mais facilmente pode levar ao não exercício dos direitos perante as pressões patronais.

É, assim, de grande importância a divulgação dos direitos de maternidade e de paternidade junto dos jovens trabalhadores e o seu uso como garantia do direito, bem como a proximidade e acção dos seus representantes, com vista à superação dos obstáculos e violações patronais.

Os direitos de maternidade e paternidade são essenciais enquanto direitos das crianças e dos pais e, na sua concepção, potenciam uma mais equilibrada partilha das responsabilidades familiares entre a mãe e o pai jovens trabalhadores.

### **3.3.8. Direitos e discriminações**

Com o aumento do desequilíbrio das relações de trabalho a favor do patronato, o uso abusivo dos vínculos precários, a insuficiente acção da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), a demora e peso dos custos dos tribunais é gerado um ambiente tendente à não efectivação dos direitos e à existência de discriminações e desigualdade de tratamento.

Os jovens trabalhadores, principais vítimas da ofensiva da precariedade, acabam por ser muitas vezes discriminados quanto ao uso dos seus direitos e nas condições de trabalho, desde logo, por via da instabilidade do seu vínculo laboral.

Face a isso, é imprescindível a presença dos sindicatos nas empresas e locais de trabalho, de modo a informar, a criar resistência e a dinamizar a acção reivindicativa e a luta pela superação dos problemas. Por isso, a INTERJOVEM/CGTP-IN insiste na ideia de que os direitos têm de se fazer valer pelo uso e na acção pela sua efectivação e melhoria. É necessário estimular ao exercício dos direitos, de modo a que constitua uma prática habitual, contrariando o clima ideológico anti-trabalhadores, que dirige uma especial pressão sobre os jovens. E este é um caminho só possível no quadro da participação, esclarecimento e envolvimento dos trabalhadores em todas as fases dos processos reivindicativos. Um rumo que é necessário continuar a seguir e aprofundar, no quadro do movimento sindical de classe. Um caminho que reclama a participação, a intervenção e a luta dos jovens trabalhadores portugueses.

Lisboa, 21 de Outubro de 2016